



Dos navios negreiros aos porões da democracia: Olhares de mulheres negras sobre a construção de uma agenda de políticas públicas no Brasil

Dayane Nayara Conceição de Assis (Nzinga Mbandi)¹

Resumo

O presente trabalho trata-se do resultado parcial da dissertação com idêntico título defendida no ano de 2016 no Programa Interdisciplinar Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo- UFBA; onde analisou-se o olhar das mulheres negras sobre a agenda de políticas públicas nacional desde Salvador- BA e Belo Horizonte- MG. Nesse caso específico trata-se de compreender a luz da história da organização do movimento de mulheres negras no Brasil o conceito de participação social, e de que forma essa mulheres têm se apropriado ao longo dessa história dos lugares de debate e centralidade política; mais precisamente das conferências nacionais e políticas públicas. Para isso privilegiou-se o olhar das mulheres negras envolvidas nesse processo de participação política das conferências, e seus diálogos com as autoras brasileiras dos feminismos negros, a saber, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Matilde Ribeiro entre outras; para tencionar a teoria produzida sobre participação social a partir da ciência política. Com isso o que pretende-se evidenciar tendo como eixo central os feminismos negros como são os embates produzidos no interior dos movimentos de mulheres envolvidos nesses processos políticos, quando interseccionados marcadores sociais da diferença como raça, classe e sexualidade.

Palavras-chave: mulheres negras; feminismos negros; políticas públicas.

From slave ships to the basements of democracy: Views of

¹ Doutoranda em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA), integrante da linha de pesquisa Gênero, Arte e Cultura; Bolsista de produtividade FAPESB.

GT 01 - Amefricanizando o feminismo: mulheres negras saindo da invisibilidade

black women on the construction of a public policy agenda in Brazil

Abstract

This work is the partial result of the dissertation with the same title defended in 2016 in the Interdisciplinary Program on Women, Gender and Feminism - UFBA; where black women's views on the national public policy agenda from Salvador-BA and Belo Horizonte-MG were analyzed. In this specific case, it is a question of understanding the concept of social participation in Brazil, the concept of social participation, and how these women have appropriated themselves throughout the history of places of debate and political centrality; more precisely, the national public policy conferences object of study in this work. For that, the view of black women involved in this political participation process of the conferences was privileged, and their dialogues with the Brazilian authors of black feminisms, namely, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Matilde Ribeiro, among others; to intend the theory produced about social participation from political science. With this, what is intended to be evidenced with black feminisms as the central axis, as are the clashes produced within the movements of women involved in these political processes, when intersecting social markers of difference such as race, class and sexuality.

Keywords: black women; black feminisms; public policies.

Introdução

O campo das políticas públicas com enfoque em gênero tem se tornado nos últimos tempos um importante espaço para a reflexão sobre as desigualdades e quais as responsabilidades do Estado no que diz respeito a temática.

Embora hoje já não se possa negar a existência do debate sobre a necessidade de inclusão da perspectiva de gênero na agenda de políticas públicas, um debate mais qualificado sobre a participação social das mulheres nessa arena ainda está sendo formado com o avanço dos movimentos feministas e os estudos de gênero.

Contudo, um debate dessa magnitude, não pode ignorar as disputas que ocorrem no interior dos movimentos de mulheres no que

diz respeito sobre protagonismo da luta política e ocupação dos lugares de poder. Entendendo que quando se trata da construção de uma agenda de políticas públicas os interesses dos atores sociais podem tornar-se divergentes sendo necessário o entendimento do jogo político para garantia das pautas; é imprescindível pensarmos desde essa análise que as mulheres como categoria política não são um grupo homogêneo.

Dito isto dimensionar os marcadores sociais da diferença, imprescindíveis para essa análise, torna-se fundamental para a compreensão dos resultados alcançados. Neste caso priorizou-se a análise a partir de uma intersecção de gênero e raça prioritariamente, embora outras informações importantes como regionalidade e sexualidades se façam presentes.

Esse trabalho é fruto de resultados parciais da dissertação de mestrado defendida e aprovada no ano de dois mil e dezesseis com igual título, onde a participação social de mulheres negras foi pensada desde Belo Horizonte- MG e Salvador -BA com a colaboração de seis mulheres negras envolvidas nos processos de construção das conferências nacionais de políticas públicas.

Vale ressaltar que as informações e reflexões constantes nesse artigo baseiam-se em um cenário onde as Secretária de Políticas para Mulheres no âmbito nacional ainda não havia sido extinta e as conferências de políticas públicas funcionavam como espaço de debate, e deliberação sobre a temática.

Procuro a partir das perspectivas ofertadas pelos feminismos negros como corrente teórica instigar a reflexão sobre os embates protagonizados pelas mulheres negras nesses espaços de participação, entendendo nesse caso a categoria raça como definidora do posicionamento das mesmas no debate.

“Eu não sou uma mulher?” Trajetória política do movimento de mulheres negras no Brasil

Nada do que escrevo é novo e, ainda assim, nada do que escrevo é velho. Minha escrita busca contribuir para a consolidação de

uma tradição acadêmica relativamente nova e que possui seus argumentos teóricos assentados em histórias de vida e práticas cotidianas que atravessaram a grande Kalunga², sobrevivendo à mudança forçada de continente. Buscar uma definição de quem somos, ou ainda do que podemos ser como mulheres negras, faz parte de uma tarefa inconclusa que requer o enfrentamento de estruturas sociais profundamente marcadas por uma ordem de gênero patriarcal que é, em sua essência, sexista, racista, heteronormativa e lesbo-transfóbica, onde são assegurados privilégios a grupos sociais que se encontram numa relação hierárquica que permite executar as opressões aqui definidas.

Obviamente que por sermos mulheres negras por si só já não nos encontramos em posição de usufruir desses privilégios e, sem dúvidas, as intersecções com outros marcadores sociais como sexualidade, classe e geração afastam ainda mais a possibilidade de pertencermos a tal grupo, ao mesmo tempo em que nos coloca ainda mais na marginalidade e invisibilidade social. E sobre invisibilidade convém dizer que essa é uma barreira que devemos ultrapassar como mulheres negras para afirmar quem somos e que aqui estamos há muito tempo – isso porque, travestida de uma ausência de história sobre nós, essa invisibilidade social acaba por dar lugar a uma história onde os personagens principais já estão previamente definidos.

Lélia Gonzalez, como mulher negra ciosa de sua missão de contar uma outra história, afirmou que “negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido ao gosto deles” (GONZALEZ, 1991, p. 8-9) e acredito que até mesmo descobrir nossos nomes e sobrenomes faz parte do resgate de uma voz que, quando não é silenciada, grita, mas não é ouvida.

A organização e resistência das mulheres negras no Brasil tem sido parte constitutiva do seu próprio processo de sobrevivência e, longe de querer datá-la, se inicia antes mesmo da chegada forçada neste continente, no qual, de diversas formas, resistiu à separação e desintegração de suas famílias, ao nascimento de um filho nas condições de escravizado, ou a garantia de “liberdade” a um dos seus mesmo quando essas permaneciam em cativeiro., -Não é a toa que, face à complexa situação de opressão em que os negros se

encontravam no Brasil, nossa sociabilidade e inserção nos espaços públicos e privados, enquanto mulheres negras, deu-se forçosamente de modo diferente se comparada a forma como viviam as mulheres não negras naquela época.

É circulando nesses espaços que vai se desenhando a trajetória de criatividade e resistência dessas mulheres que, inseridas ainda que de forma desumana e precária no mercado de trabalho, assumem chefia familiar, cargos nas religiões de matriz africana, lideranças nas formações de irmandades religiosas e, ainda assim, permanecem na invisibilidade histórica.

Escondida nos bastidores da história “oficial”, essas práticas de resistência das mulheres negras no Brasil formam um complexo quadro composto de uma gama de ações produzidas pela população negra e que são dadas como inexistentes, levando a crer que os negros não possuem história – a não ser aquela referente ao período escravocrata – e ainda assim permanece a ideia de que aceitamos de forma passiva as atrocidades que nos foram impostas.

Nesse processo, podemos dizer que a mulher negra se encontra marcada por feridas ainda mais profundas, pois, para além do racismo, sua condição de mulher permitiu que o sexismo também perpassasse a sua existência e mais que isso, viveu profundamente a perversa interação desses dois elementos. Sobre isso Carneiro (1995) escreve que: “o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira” (CARNEIRO, 1995, p.3). Assim, entender os efeitos dessas relações hierárquicas nos faz compreender de que forma foram produzidos os estereótipos negativos atribuídos historicamente às mulheres negras, que nos faz sermos lembradas como mucamas e não como aquelas vindas de Dandara de Palmares, Luiza Mahin, Aquatune, Zeferina, Teresa de Benguela, Nzinga Mbandi, entre outras.

Importa dizer ainda que toda essa produção de marginalidade serve para manter estável uma ordem hierárquica que, como já comecei a desenhar, opera de maneira extremamente articulada, intercruzando diversos marcadores sociais que, quando tomam conotação dentro de

uma estrutura de poder, possuem efeitos nefastos sobre a população negra e, em particular, sobre as mulheres negras.

Responder à provocação que se coloca no início desse texto, sobre quem são essas mulheres negras, significa entender indubitavelmente sobre o processo de produção do racismo e sexismo presentes em nossa sociedade. Nesse sentido, começemos então por desenvolver uma análise sobre a história das organizações de mulheres negras e sua relação com o Estado brasileiro em pautar suas demandas.

Organizações de mulheres negras no Brasil

Acusadas de olharem o próprio umbigo, as mulheres negras responderam que esta é uma boa maneira de começar a olhar o próprio corpo...

Sueli Carneiro

A capacidade de auto-organização das mulheres negras ao longo da história é de fato incontestável, seja na dupla tentativa de ser ouvida tanto nos movimentos feministas hegemônicos e movimentos negros, ou até mesmo, mais tardiamente, no rompimento com esses movimentos e prosseguindo em um percurso próprio. As recusas de solidariedade ao movimento de consolidação das organizações de mulheres negras, resultou, entre outros motivos na construção de uma certeza de que, ao trilharem o próprio caminho, estes outros movimentos perderam um contingente de mulheres que sempre serviram de base para diversos movimentos sociais até aquele momento – por esse motivo, as mulheres negras foram acusadas, tanto por mulheres brancas como por homens negros, de “dividirem o movimento”.

Podemos dizer que a consolidação de um movimento autônomo de mulheres negras deu-se por duas vias principais: a primeira delas, o denunciamento do duplo silenciamento no interior dos movimentos feministas e negros e, a segunda, a incorporação de demandas através de um olhar inseparavelmente racializado e de gênero. Vale lembrar, contudo, que o silenciamento imposto não era a única forma de invisibilizar as pautas das mulheres negras pois a deslegitimação

dessas mesmas pautas foram uma constante e, quando muito, suas demandas eram entendidas como pautas gerais da sociedade.

Assim, as décadas de 1970 e 1980 foram politicamente o momento de grande efervescência para a organização dessas mulheres enquanto movimento, bem como para os demais movimentos sociais. Aliado a isso, a busca por parte desses movimentos de assegurar redemocratização do país tornou ainda mais possível a discussão das questões das mulheres e dos negros de forma geral nas plataformas políticas.

Somado a isso, a definição de 1975 a 1985 como a “década da mulher”, pela ONU, a partir das diretrizes da Conferência Internacional da Mulher realizada no México, foi fundamental para uma mudança na imagem do feminismo no Brasil – um movimento que, até aquele momento, seguia representado por mulheres brancas, universitárias e de classe média e que começava a demonstrar suas fissuras e dar lugar para outras vozes: as vozes de mulheres negras, indígenas, camponesas e outras mulheres que foram minorizadas ao longo do tempo. Evidentemente que essas mudanças de paradigmas não se deram de forma harmoniosa com os movimentos hegemônicos, as mulheres negras ainda que “chutando a porta” foram entrando gradualmente nesses espaços. (RIBEIRO,1995)

Obviamente que tal autonomia almejada pelas mulheres negras causou descontentamento e conflito com os demais movimentos sociais, nos quais essas mulheres sempre foram suporte, nas organizações mistas e partidos políticos de esquerda, as táticas de deslegitimação das pautas e ataques sistemáticos aos movimentos de mulheres negras eram uma realidade. Sobre essa legitimação do lugar marginalizado da mulher negra, reforçado dentro dos movimentos sociais pelas visões racistas e sexistas vale a pena lembrar o que Sueli Carneiro diz a respeito:

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em *solidariedade racial intragênero* conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres,

particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros (CARNEIRO, 2003, p. 4).

Em termos históricos, a presença das mulheres negras nas lutas sociais não é nenhuma novidade; pelo contrário, tais mulheres sempre mostraram ter uma participação massiva em tais grupos, mesmo que permanecendo invisibilizadas.

Caminhando para o cenário dos movimentos sociais ligados a questões de gênero no curso da história, é possível afirmar que a década de 1980 representa o momento de maturação e consolidação das organizações de mulheres negras no Brasil. Isso porque a compreensão da necessidade de entender os efeitos do racismo e do sexismo de forma intercruzada se fazia mais visível nas pautas desses movimentos, ao mesmo tempo em que a força e atuação das mulheres negras ancestrais eram resgatadas apontava-se para a persistência do lugar de subalternidade da mulher negra na atualidade.

É desse modo que se observa na década de 1980 o surgimento, de forma significativa, de organizações de mulheres negras. Sobre o assunto vale a pena citar algumas organizações que ganharam destaque no cenário nacional entre elas Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras (RJ, 1983) Centro de Mulheres da Favela e da Periferia (RJ, 1985), Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa (MA, 1986), Coletivo de Mulheres Negras em Belo Horizonte - N'zinga (MG,1986), Maria Mulher (RS, 1987), Géledes (SP,1988), Casa de Cultura da Mulher Negra (SP, 1990), Fala Preta (SP,1997), Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (BA, 1988), entre muitas outras.

Com diferentes estruturas organizacionais, esses grupos tinham como contexto histórico um cenário de redemocratização do país onde os movimentos sociais procuravam dialogar de maneira que suas pautas fizessem parte dessa abertura democrática. De modo geral, pode-se dizer que o incentivo das agências financiadoras, tanto nacionais quanto internacionais, naquele momento, foi fundamental

para o financiamento dessas organizações, a criação de coordenadorias, fundos específicos para as questões de gênero e raça, o que permitiu, em certa medida, a sustentabilidade dessas organizações (*Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/ GPP-GeR, 2010*). Analisando de forma contundente a importância dessas articulações políticas e econômicas à época, se diz que:

Esses novos sujeitos coletivos são fortalecidos a partir de incentivos e experiências adquiridas tanto no âmbito nacional como internacional. No primeiro, inscreve-se uma disputa por participação política em esferas civil e estatais, ampliadas no contexto de abertura institucional. O segundo este atrelado aos processos de mobilização em conferências internacionais, várias delas estudadas neste Curso e, posteriormente, por intermédio de agências financiadoras estrangeiras (ROLLAND, 2000 *apud* BRASIL, *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPP-GeR, 2010, p.5*)

A partir da multiplicação dessas fontes de financiamento e do crescimento da presença das mulheres negras nos espaços políticos reivindicando seu lugar de fala é que o sexismo e o racismo nos movimentos sociais começam a ser apontados concomitantemente nos espaços de militâncias, e assim também combatido de forma conjuntural.

Como fruto imediato dessas movimentações, vale registrar a realização em 1984 do *I Encontro Estadual de Mulheres Negras* – encontro esse que serviu de base para traçar, naquele momento, as diretrizes e a identidade do movimento de mulheres negras em diversos estados. (CARDOSO, 2012). Quatro anos depois, a ressonância da militância das mulheres negras continuou sendo ouvida na realização do *I Encontro Nacional de Mulheres Negras* que contou com cerca de 400 mulheres negras de 19 Estados do Brasil, encontro esse que foi precedido de encontros estaduais onde discussões como saúde da população negra, mercado de trabalho, creches, racismo entre outros assuntos puderam ser discutidas a partir de vozes femininas e negras (RIBEIRO, 2008). A estruturação do movimento de mulheres negras neste formato foi nesse sentido fundamental para garantir as

demandas das mulheres negras como as mesmas desejavam, sobre isso escreve Sueli Carneiro:

Assim, o Movimento de Mulheres Negras nasce marcado pela contradição que advém da necessidade de demarcar uma identidade política em relação a esses dois movimentos sociais de cujas temáticas e propostas gerais também partilha e que, em última instância, determinam a sua existência e ambiguidades. Estas condições impõem a discussão sobre os fatores que justificam a necessidade de organização política das mulheres negras, a partir de suas especificidades, e ainda investigar no que estas especificidades consistem (CARNEIRO, 1993, p. 14)

Outros momentos podem ser citados como de relevância para a construção do movimento contemporâneo de mulheres negras, entre eles o *I Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe* (República Dominicana, 1992). Esse encontro fortaleceu as organizações de mulheres negras nas diferentes sociedades latino-americanas e proclamou o dia 25 de julho como o Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe. A participação expressiva das mulheres negras nos encontros feministas de Bertioga (1985) e Beijing (1995) promoveu embates necessários à formação do movimento de mulheres negras naquela época. Além desses espaços, é importante frisar a importância da participação das mulheres negras, de maneira organizada, na *III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas* (Durban, 2001); assim, como já vinha sendo feito, as mulheres negras se colocaram no debate sobre políticas públicas e racismo, entendendo de maneira mais madura as consequências desse racismo para as mulheres (CARNEIRO, 2002).

A conferência de Durban representou um marco para os Movimentos Negros de maneira geral no Brasil denunciando, sobretudo a urgência da reparação através de políticas públicas para a população negra, que se encontrava em desvantagem social em decorrência da histórica escravização à qual foi submetida e a persistência da posição social subordinada que vinha ocupando até os dias atuais. Nas palavras de Carneiro (2002, p.1): “Durban representou

uma batalha já que discutir o racismo de forma tão ampla e em instancias internacionais há tempos era intenção do movimento negro, para as mulheres negras”. Como a autora aponta, Durban foi um “Show à parte”; além dos embates já ditos nas esferas internacionais uma grande conferência como essa demandou uma preparação interna nas próprias organizações de mulheres negras e a disputa de espaço no interior de um movimento negro ainda sexista.

Em um cenário mais atual, destaca-se a criação da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB, 2000) que, agregando diversas organizações de mulheres negras, teve um papel fundamental na expressiva participação de mulheres negras na I Conferência Nacional de Política para as Mulheres (BRASIL, 2003). Esses são alguns dos momentos que, em minha leitura, se deve destacar já que se pretende resgatar uma história das organizações de mulheres negras no Brasil - organizações essas que, cabe aqui reforçar, não são homogêneas, possuindo características que divergem desde o organograma institucional, até mesmo a características regionais e a debates mais amplos e contraditórios como questões reprodutivas e sexualidade da mulher negra.

Como afirma Werneck (2009, p.153): “estamos diante de diferentes agendas históricas e políticas para as mulheres negras, intensas como toda diversidade.” Essa diversidade de organizações de mulheres negras que surge nesse contexto, converge com a urgência de que as vozes das mulheres negras ecoassem na arena política, e de fato essa ressonância vem acontecendo mesmo contra todos os impedimentos e falta de reconhecimento aos embates que são travados.

Conforme pode ser observado no relatório dos primeiros encontros de mulheres negras, havia uma percepção dialógica entre identidade e pluralidade:

A nossa sociedade é plural, racista e machista. Todas nós somos frutos desta estrutura social e educacional que nos conduz a práticas e ações às vezes determinadas pela nossa formação. A organização de mulheres negras não está isenta destas interferências. Por isso, não constituímos um grupo unitário tanto em nível de concepção política,

quanto de metodologias de trabalho (RELATÓRIO DO II ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, 1991, p. 4).

A interlocução dos movimentos de mulheres negras com o Estado brasileiro tem sido feita no sentido de garantir o acesso as políticas públicas de forma plena e, mais do que isso, que essas políticas sejam formuladas atentas às discriminações de gênero e raça para que, em último caso, não sigam reproduzindo padrões sexistas e racistas.

Uma discussão muito presente no discurso das mulheres negras é a necessidade da construção de uma agenda de políticas públicas que busque eliminar o sexismo, o racismo e promova o bem-viver, por acreditarem que, mais do que estar inseridas no mercado de trabalho ou nos espaços de escolarização, as mulheres negras exigem que tal inclusão seja feita com qualidade observando suas especificidades.

Não há dúvida que o movimento de mulheres negras contemporâneo segue se reinventando e assumindo diferentes formas de se colocar no cenário político, de institutos a ONG's ou mesmo na forma de coletivos auto-gestionados, com maneiras de reivindicar que combinam as memórias das lutas coletivas; e as visões e estratégias de outras mulheres negras que também falam de outros lugares, esse feminismo dissidente continua provocando embates na arena política para garantir suas demandas.

Recentemente, novos meios de ativismo político vêm sendo produzidos nesse processo e, utilizando-se dos recursos da internet, vêm promovendo a difusão do conhecimento através da expansão de um feminismo negro na esfera virtual, caracterizado pelo aumento de blogueiras negras, que discutem os mais variados temas envolvendo a realidade e interesses das mulheres negras. Nesse contexto, as discussões sobre estética negra, solidão afetiva, genocídio da população negra, entre outras temáticas, ganharam significativa importância e promovem impacto na sociedade brasileira no intuito da construção de uma nova imagem e representação das mulheres negras.

No meio acadêmico, intelectuais como Lélia Gonzalez e Beatriz

Nascimento, juntamente com outras mulheres negras, são inseridas como referências teóricas e políticas sobre a questão da mulher negra na sociedade brasileira e na diáspora. Sem dúvida, o feminismo negro tem ganhado maior reconhecimento como corrente teórica, sobretudo em função da inserção de mais mulheres negras no ensino superior. Essa inserção faz com que haja aumentos de trabalhos que versem sobre a trajetória das mulheres negras no Brasil, criando dessa maneira a possibilidade de escrita de uma nova história das mulheres negras.

Na área de políticas públicas, que é o foco de nosso interesse nesse trabalho, a inserção dessas mulheres como protagonistas sociais e políticas segue se configurando de maneira conflituosa; mas a cada dia com estratégias de combate conjunto ao sexismo e ao racismo. O caminho tem sido de avanços e retrocessos típicos de movimentos que pretendem promover uma mudança institucional e comportamental em estruturas tão rígidas quanto o Estado.

Além da invisibilidade enquanto movimento social, as organizações de mulheres negras insistem, prioritariamente, em travar embates com a própria estrutura estatal – e por vários caminhos. Por outro lado, sabe-se que a luta por estabelecer uma agenda governamental antissexista, antirracista e antilesbostransfóbica é um alvo político de longo alcance e, talvez, até impossível, já que a própria estrutura desse mesmo Estado se manteve sobre esses pilares de opressão.

É necessário proceder a análise das diferenças e similitudes presentes na maneira como se consolidou os feminismos no Brasil e, dessa maneira, situar as práticas promovidas pelas organizações de mulheres negras no contexto de aproximação com o Estado. Chamo atenção aqui para o modo que Alvarez (2014) propõe entender os feminismos no Brasil e na América Latina: a partir de um olhar que define como “além da sociedade civil”, a autora entende que os movimentos sociais como os de mulheres negras ocupam um papel que está para além da visão simplista do que seria a sociedade civil organizada, pelas peculiaridades de forma e conteúdo através das quais se estruturam. Refletindo sobre o que Alvarez (2014) denomina como *campos discursivos de ação*, é possível deslocar a participação política das mulheres negras no Brasil, de uma visão estanque sobre a

dinâmica dos movimentos sociais, e entender que aquilo que se convencionou denominar como feminismos negros situam-se em campos de ação distintos daqueles em que se encontram as movimentações dos feminismos hegemônicos².

Partindo das reflexões acima propostas, é importante ressaltar que os embates políticos entre mulheres brancas/feminismos hegemônicos e mulheres negras/feminismos negros decorre, em grande parte, do fato desses movimentos atuarem a partir de diferentes campos discursivos e, com isso, suas pautas, e mesmo a prioridade de alguns temas, tornam-se divergentes, culminando em disputas para garantias de suas demandas nos diferentes espaços institucionais – entre eles, destacam-se as Conferências Nacionais de Políticas Públicas para as Mulheres.

Acredito que, a partir do entendimento da estrutura do Estado brasileiro e da forma como se dá a entrada de alguns temas na agenda política dos governos, é possível perceber como tais embates fazem parte do próprio movimento da participação política. Nesse sentido, o que me interessa explicitar, particularmente, é a necessidade incontornável de racializar o gênero enquanto estratégia política apontada pelas mulheres negras para a formulação de políticas públicas para as mulheres – pois só a partir de adoção da interseccionalidade de gênero com os demais marcadores sociais de fato é possível falar em efetividade nessas políticas voltadas para essas mulheres.

Com essa afirmação, ratifico que o marcador social de raça, nesse caso, é determinante no direcionamento do olhar para as reais necessidades dessas mulheres como atrizes políticas e para o entendimento das disputas e alianças para um verdadeiro exercício de participação política tão negado a essas mulheres.

² As ideias aqui mencionadas fazem parte dos pensamentos e reflexões de Sonia E. Alvarez (2014) em seu artigo: *Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista*. A autora propõe uma revisão epistemológica dos movimentos feministas, dividindo seus campos discursivos em três momentos: 1) o “centramento” e a configuração do feminismo no singular; 2) o descentramento e pluralização dos feminismos e o “mainstreaming” (fluxos verticais) do gênero; e 3) o momento atual de “sidestreaming” (fluxos horizontais) dos feminismos plurais e a multiplicação de campos feministas.

Participação social e políticas públicas: o que as mulheres negras aprenderam com a construção da agenda

Existe um amplo campo de estudos que tem se dedicado a compreender conceitos como participação social, políticas e agenda política como um todo. Para melhor entender essa perspectiva optei por selecionar discussões de autoras que mais dialogam com os estudos de gênero. Iniciando pelo conceito de políticas públicas cabe retomar o que escreve Maria das Graças Rua (1997) escreve:

As políticas públicas (*policies*), por sua vez, são *outputs*, resultantes das atividades política (*Politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Um exemplo encontra-se na emenda constitucional para reeleição presidencial. Trata-se de uma decisão, mas não de uma política pública. Já a privatização de estatais ou a reforma agrária são políticas públicas (RUA, 1998, p. 1).

Partindo da definição de Rua (1997) é possível perceber que as políticas públicas se inserem em um cenário muito mais amplo politicamente e para medir suas potencialidades é necessário entender a formação das “agendas” e as características da administração pública na qual as mesmas se inserem. Nesse sentido, como apontado anteriormente, importa destacar que a intensidade da participação da chamada sociedade civil organizada na composição da agenda de

políticas públicas pode variar conforme se estrutura democraticamente a administração pública de cada Estado. No que diz respeito ao caso brasileiro, a estrutura da administração pública sofreu significativas mudanças permitindo uma maior atuação da sociedade civil na dinâmica política, sobretudo, a partir da criação de novos mecanismos participativos como Conselhos, Fóruns, Orçamentos Participativos – através dos quais, de forma consultiva apenas ou deliberativa, as vozes de diferentes segmentos da sociedade podem ser ouvidas.

Embora essas mudanças organizacionais no modo de administrar o Estado tenha consolidado uma lógica relativamente mais participativa, elas não têm sido suficientes no que se refere às políticas públicas de gênero e raça. Numa sociedade ainda tão fortemente marcada pelo sexismo e racismo, temos uma reprodução dessa lógica em todos os níveis da ação estatal, tornando necessário o aprofundamento de uma reflexão acerca do modo como tais mudanças organizacionais têm produzido tão baixo impacto na formulação de políticas públicas para as mulheres negras.

Essa mudança de perspectiva em relação ao papel do Estado na promoção da equidade de gênero sinaliza para a necessidade de que as diferentes áreas/temáticas de atuação estatal passassem a operar de forma integrada para que um olhar voltado para as questões de gênero passasse a integrar a lógica das políticas de educação, saúde, assistência e demais setores. Aliada a uma atuação intersetorial, a criação de indicadores de gênero e a sistematização de dados relativos à situação da mulher em diversas áreas foram aspectos sinalizados como centrais a serem enfrentados para criação de uma agenda governamental voltada para as questões de gênero.

As conferências nacionais de políticas para as mulheres situam-se nesse contexto como um espaço pedagógico em termos do exercício da participação social, e as experiências das mulheres negras colaboradoras dessa pesquisa nos fornecem algumas pistas sobre o que aprendemos inseridas nesse espaço. Uma primeira percepção é a necessidade de investir em alianças com outros atores políticos como foi feito na primeira conferência com as mulheres indígenas; a histórica aliança onde mulheres negras e indígenas se reconheceram como irmãs no espaço daquela conferência demonstrou a óbvia percepção que os

embates contra os posicionamentos hegemônicos naquele lugar só poderiam ser travados em uma luta conjunta³.

Essa percepção se fortaleceu ao longo do tempo e materializou-se em outras táticas coletivas, uma importante a ser citada é aquela que ficou conhecida com o “Eixo 9” onde na terceira conferência nacional a partir da aliança entre mulheres negras e lésbicas estabeleceu-se as diretrizes contra a lesbofobia.

Um ponto importante também evidenciados através dessa pesquisa foi a percepção das interlocutoras da ausência de mulheres negras em pontos estratégicos nos espaços da conferência; o mais importante deles é o campo de avaliação de políticas públicas. Embora algumas vezes no espaço dos debates essas mulheres garantissem suas pautas, muitas não haviam garantia de efetivação por não compreenderem a linguagem desses espaços.

Analisando os relatórios das três conferências nacionais, é possível perceber, sobretudo, da primeira para a segunda, uma maior inclusão, ao menos em termos formais, de alguns temas que se relacionam mais diretamente às demandas das mulheres negras. Sem dúvida que as mudanças temáticas foram acompanhadas de avanços que as discussões sociais suscitavam naqueles momentos e que, por esse motivo, acabaram também por levar à inclusão de determinadas temáticas na agenda de políticas públicas de gênero.

Entre essas temáticas, gostaria de chamar atenção para uma situação exemplar que merece visibilidade: a discussão sobre a violência obstétrica contra a mulher negra, pois atinge as mulheres de forma diferenciada. Traduzindo: trata-se de um tipo de violência de gênero que sinaliza para a urgente necessidade de maior atenção à qualificação dos gestores públicos para as questões transversais relativas a gênero e raça.

Por fim o que posso brevemente sinalizar é que as instabilidades políticas, baixos recursos orçamentários somados a interseccionalidade de gênero e raça forjou uma percepção para as

³ Essa aliança de parentesco foi firmada na I CNPM (2004) na plenária final desse evento, esse documento se encontra na íntegra nos anais da conferência e também em <http://www.redemulher.org.br/encarte57.html>

mulheres negras com quem dialoguei que embora aqueles espaços políticos não garantissem a efetivação de suas pautas; abandoná-los não era uma opção sobretudo em um momento onde já estava em curso o avanço de uma onda conservadora que hoje se torna ainda mais perceptível.

Essas são, portanto, algumas conclusões preliminares que se pode extrair dessa experiência: As mulheres negras seguem ainda hoje travando lutas monumentais para exercer o seu direito de ser reconhecida como sujeito político!

Palavras finais

O intuito desse artigo foi demonstrar brevemente alguns aspectos da discussão que diz respeito a participação social das mulheres negras nas conferências nacionais de políticas públicas, trata-se de uma análise parcial de uma pesquisa mais ampla.

Levando em conta o histórico de organização das mulheres negras no Brasil não é mistério que a luta por reconhecimentos de direitos por essas mulheres é constante ao longo da história, tratando-se de aproximações e distanciamentos em relação ao Estado. No campo das políticas públicas a participação dessas mulheres vem sendo construída desafiando não só os limites burocráticos desse processo; mas também as barreiras impostas por outras mulheres posicionadas no campo hegemônico dos feministas.

Tomando de empréstimo as teorias fruto dos feminismos negros é importante perceber que as mulheres negras ainda reivindicam serem reconhecidas como sujeitos de direito em nossa sociedade, nesse sentido as políticas públicas representam um caminho auspicioso para visibilizar essas demandas.

Por fim é importante mencionar que para que isso se concretize é necessário que os modos de se fazer política e os espaços de construção política precisam ser atravessados desde uma perspectiva interseccional a fim de garantir que gênero e raça enquanto marcadores sociais da diferença não sejam usados como fatores de desempoderamento dessas mulheres.

Referências

- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 13-56, 2014.
- CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. 2012. 383 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. A Organização Nacional das Mulheres Negras e as Perspectivas Políticas. *Cadernos Geledés*, São Paulo, n. 4, p. 13-18, nov.1993.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 2, v. 3, p 13-18, dez. 1995.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003.
- GONZALEZ, Lélia. Entrevista - Lélia Gonzalez. *Jornal do MNU*. p. 08-09, 1991.
- RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, M. Izabel. *Estudo da política: tópicos selecionados*. Paralelo 15: Brasília, 1988.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras: De Bertioga a Beijing. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 2, v. 3, 1995.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Revista Estudos Feministas*, n. 3, v. 16, p. 987-1004. 2008.